

ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL E DAS PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR ARTICULADA AO COMPLEXO DO FUMO¹

Dra. Rita Inês Pauli Prieb²
Dr. Pedro Ramos³
Dr. Marcelino Souza⁴

RESUMO

O presente artigo busca mostrar a situação atual e as perspectivas da agricultura familiar no tocante a sua articulação ao Complexo do Fumo, portanto, circunscreve-se a especificidade da articulação com as empresas recortando estas relações e desconsiderando os demais elementos que abarcam o desenvolvimento da agricultura familiar em seus aspectos mais abrangentes. Para isto, a ênfase é dada nos aspectos da organização institucional das ações da agroindústria fumageira e da organização dos produtores de fumo em folha da Região Sul do Brasil. A metodologia circunscreve-se a análise pormenorizada do desenvolvimento recente do setor, da síntese de um referencial teórico acerca das abordagens sobre complexos agroindustriais, as instituições envolvidas e a formação da Câmara Setorial do Fumo. Na última parte, tecem-se considerações a respeito das perspectivas do setor e, principalmente, das tendências futuras acerca da continuidade da articulação. As principais conclusões são de que neste caso, verifica-se uma pré-existência da produção familiar na sua forma articulada, bem antes do advento da modernização da agricultura brasileira. A abordagem neocorporativista, apesar de não totalmente adequada, mostrou-se importante na análise desse complexo, nos interesses em jogo na utilização dos agricultores como massa de manobra na busca de benesses junto ao Estado. As perspectivas no médio prazo apontam para a manutenção do setor e da atual forma de articulação.

Palavras-chave: Complexo agroindustrial fumageiro, instituições, Câmara Setorial

¹ Este artigo foi originalmente apresentado no XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER) realizado de 25 a 28 de julho de 2004 em Cuiabá-MT.

² Doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Endereço: Rua Adão Schneider, nº 202 ap. 101, CEP 97090-002. Santa Maria – RS. E-mail rpaetzol@brturbo.com

³ Endereço: Rua Zeferino Vaz, Caixa Postal 6135, Cidade Universitária – Campinas – SP, CEP 13083-970. E-mail peramos@eco.unicamp.br

⁴ Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Endereço: Rua Venâncio Aires, nº 523, ap504. Santa Maria-RS, CEP 97010001 marcelinosouza@uol.com.br.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, desde 1918 a produção fumageira vinculou-se ao denominado complexo agroindustrial do fumo, o qual, se antes era caracterizado pelo predomínio do capital nacional, hoje é marcado pela presença esmagadora do capital estrangeiro, que através de diversos mecanismos está muito presente no campo, articulando os interesses que orientam a reprodução do complexo.

Neste processo, a cultura do fumo foi também sendo submetida a um uso regular e crescente de insumos modernos cuja nova realidade permitiu que a produção brasileira pudesse atender uma ampliação da demanda em nível internacional, dada a crise vivida por um dos maiores países exportadores do mundo. Contudo, as mudanças operadas geraram uma necessidade de uma maior organização dos interesses do referido setor que culminou com a criação da Câmara Setorial do Fumo. Os agricultores familiares articulados ao referido Complexo, que no Sul do país compreendem mais de 180.000 famílias, assumem importância crucial na continuidade de manutenção do setor.

Considerando isso, o presente capítulo insere-se no contexto da reflexão sobre as especificidades dessa articulação e de ação dos atores institucionais. Está dividido em duas partes principais: uma em que se busca um rápido resgate teórico travado especialmente no âmbito da escola de Campinas sobre os Complexos agroindustriais e que considera também a organização e objetivos das instituições.

Em um segundo momento, busca-se, tecer considerações acerca do desenvolvimento do setor em seu período contemporâneo, destacando-se a preocupação com as perspectivas de sua continuidade e da atual forma de articulação, sendo que para o desenvolvimento desta parte, serão utilizados dados e informações de fontes secundárias,

de fontes primárias, especialmente coletadas em entrevistas exploratórias com agentes isolados ou representantes de instituições da cadeia produtiva.

2. A ARTICULAÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR/AGROINDÚSTRIA

Diferente do que ocorre na maior parte dos países produtores de fumo, no Brasil, esse processo agrega dois componentes essenciais do sistema de integração: a agroindústria e o agricultor familiar. Na verdade, trata-se de um Complexo Agroindustrial com especificidades próprias de funcionamento cuja marca central é o elevado controle das empresas agroindústrias que não se circunscrevem a uma concentração da produção no âmbito da comercialização e processamento, mas também atuam enquanto fornecedores dos principais insumos que compõe o custo de produção da parte agrícola. Nesse sentido, a visão do todo “complexo” ao qual os agricultores familiares encontram-se atrelados deve ser caracterizada a partir de uma abordagem a qual é preliminar, não tendo, portanto, a pretensão de esclarecer todos os pontos obscuros que na literatura são altamente controvertidos.

2.1 A análise sistêmica ou a abordagem via Complexos agroindustriais

Na revisão bibliográfica acerca da temática complexos agroindustriais, pode-se afirmar, com base em Graziano da Silva (1996, p. 76), que em nível de Brasil pode-se distinguir dois usos distintos do termo “Complexo Agroindustrial”. Um deles tem origem nos conceitos de *agrobusiness* e de sistema agroalimentar e, outro deriva do conceito de complexo rural que se refere a vários complexos agroindustriais, os CAIs⁵.

⁵ o primeiro grupo é composto por autores como: Alberto Passos Guimarães e Guilherme da Costa Delgado, David Goodman, Bernardo Sorj e John Wilkinson. O segundo grupo é formado por Ângela Kageyama e José Graziano da Silva.

As conseqüências resultantes da própria forma originária da concepção de complexo, é que terminam por resultar nos vieses posteriores, de um arcabouço teórico mais sólido, que possa abarcar não somente os diferentes complexos existentes e suas distintas dinâmicas, mas também a inclusão de outros novos elementos explicativos que compõe uma nação como a brasileira, na qual os setores dinâmicos são cada vez menos, preponderantemente, produtivos.

Dentre os mais conhecidos teóricos que desenvolveram os conceitos de complexo agroindustrial no Brasil, e que derivaram suas análises nos conceitos previamente utilizados nos países desenvolvidos, incluem-se o pioneiro Alberto Passos Guimarães, Geraldo Müller e Guilherme da Costa Delgado. O que fica subjacente às análises desses autores, é a abordagem sistêmica e as redefinições do agregado setorial macroeconômico na fase da agricultura industrializada⁶.

Para Passos Guimarães (1982: 129), a formação dos complexos agroindustriais no Brasil teria atravessado duas fases a partir da década de 40: a primeira com a criação de um mercado nacional para os insumos modernos; e a segunda com a instalação – após um período de suprimentos através de importações - de indústrias aptas a produzir os insumos dentro do país.

Müller (1986) determina como período de consolidação das empresas agroindustriais no Brasil, o período que compreende os anos 30, estendendo-se até a década de 1950, o qual representa a primeira fase do atual padrão de acumulação. Na segunda fase, de 1950 a 64, teriam sido criados vários segmentos da indústria de base e de bens de

⁶ Graziano da Silva (1996:70-71), estende a sua crítica também aos teóricos de Montpellier, resumindo afirma que: "...pode-se dizer que tanto o conceito de sistema agroindustrial do grupo de Montpellier, como o de *agrobusiness* de Goldemberg e seus seguidores são apenas redefinições do agregado setorial macroeconômico na fase da agricultura industrializada." O autor refere-se também aos trabalhos do *Instituto*

consumo duráveis. Foi nesse período, também, que teria ocorrido uma diferenciação interna do sistema industrial, isto é, a integração vertical que não apenas teria produzido um perfil industrial semelhante às economias desenvolvidas, mas que teria redefinido suas condições de dependência frente ao capitalismo mundial, ocorrendo, assim, a denominada pelo autor, de “tríplice aliança” entre os capitais estrangeiros, nacionais e estatais, a qual, numa última fase posterior a 1964, seria a base do padrão de acumulação caracterizado pela “industrialização expandida”.

A importância em se tomar como unidade de análise Complexo Agroindustrial no lugar de agricultura, decorre, para Müller (1986:52), principalmente, de ultrapassar um conceito errôneo de autonomia setorial para uma “realidade nova”, cujo enfoque analítico teria de estar embasado nas relações intersetoriais. Apesar do autor buscar explicar as especificidades do CAI brasileiro, de uma realidade a seu ver distinta dos países desenvolvidos, esbarra, contudo, na utilização do arcabouço teórico que pouco difere daquele desenvolvido para o caso daqueles países por Davis, Goldberg e da utilização da matriz de Leontief⁷. Na verdade, não há nenhum problema em aprofundar uma análise das relações intersetoriais, contudo, tal propósito, quando tratado isoladamente, apenas comprova a existência ou a configuração dos complexos agroindustriais no país, e não contribuindo muito mais do que isso.

Assim, para esses autores, os processos de modernização e industrialização da agricultura brasileira redundaram em uma forte inter-relação entre a agricultura e a indústria e, por sua vez, na constituição dos complexos agroindustriais. Percebe-se, então, um reducionismo simplificador com incapacidade relativa de apreensão da complexidade

Latino-Americano de Estudios Transnacionales – ILET, do México, os quais, da mesma forma, recairiam na mesma análise sistêmica dos conceitos de *agrobusiness* e *filière*.

dos fenômenos econômicos em particular, dificultando a interpretação dos fenômenos sociais de uma dada realidade.

Segundo Ramos:

“...a realidade que decorre da industrialização da agricultura brasileira não pode ser facilmente captada baseando-se nas generalizações feitas sobre a noção de “complexo agroindustrial”, como se tudo se resumisse a uma determinada relação entre a indústria e a agricultura, num dado momento, ofuscando-se o componente histórico e contraditório dos processos que permitiram a constituição dos vários complexos de que se está falando...”. (Ramos, 1999:199)

Dessa forma, Possas afirma que apesar do conceito de complexo ser, a primeira vista, apenas um nível de agregação, não deve ficar restrito a isso, mas tornar-se um instrumento analítico. Para o autor, a macroeconomia tem de ser desagregada e, para isso todas as inter-relações passam a ter importância crucial, de tal modo que o instrumental deve ser o mais próximo possível do funcionamento real da economia. Segundo, Possas (1992:92), o complexo, seria, assim, a “instância macroeconômica por excelência”.

O autor ressalta, ainda, que o importante é ter claro o que se quer do conceito “complexo”, tendo o cuidado de não sobrecarregá-lo demasiadamente, tirando determinações demais dele. (Possas, 1992:94).

Considerando a visão do autor, não há problema em se resgatar ao que efetivamente importa quando se trata de um complexo em particular. Nesse sentido, o presente trabalho pode seguir pelo caminho que interessa e que efetivamente abre a possibilidade de avançar no propósito fundamental, que consiste em buscar conhecer os reais efeitos de difusão que gera o CAI do fumo, criando novas possibilidades de renda para as unidades familiares⁸.

⁷ Ver Müller (1989).

⁸ Esta discussão é retomada no capítulo 3, na qual se mostram os serviços que surgiram a partir do desenvolvimento do complexo do fumo na região estudada.

Os Complexos agroindustriais geram um efeito de difusão, porque essa forma capitalista de produção exige que a matéria prima até o produto final, passe por diversas fases de processamento, e que devido a esse fato, não somente vai agregar valor ao produto final, dado o caráter social da produção, mas vai ampliar os mercados de bens finais e de consumo intermediário, sendo este último fundamental na determinação da magnitude do efeito difusor. Essa linha de raciocínio sugere que quanto maior a concentração regional das diferentes fases de processamento, maior o efeito difusor em uma dada região.

Um esforço teórico de cunho abrangente sobre os Complexos Agroindustriais aparece em Kageyama e Graziano da Silva (1987). Nessa abordagem, a constituição dos complexos agroindustriais ocorre a partir da desarticulação do complexo rural. Os autores ressaltam, como fundamental, o processo de perda da regulação geral da agricultura, que anteriormente era dada pela dinâmica do mercado externo/mercado interno. A decomposição do complexo rural teria iniciado em 1850, cujo período que se estende até 1890 caracterizar-se-ia pela gradativa redução do trabalho escravo e pela a introdução do trabalho livre nas fazendas de café do oeste paulista. Constituindo-se, assim, um novo complexo que ao gerar um setor independente de formadores de fazendas de café, criaria a separação de alguns pequenos produtores de alimentos e de pequenas indústrias rurais⁹, ao mesmo tempo em que estimularia não apenas o desenvolvimento de um mercado de trabalho, mas da constituição inicial de um mercado interno, sendo que este, nesse momento histórico, era impulsionado a partir do crescimento da urbanização.

A dissociação entre agricultura e pequena indústria passa, a partir daí, a se reproduzir em escala cada vez maior, fazendo com que, concomitante a este processo,

gerasse-se um mercado interno importante. Para Rangel (2000:28), o complexo rural, ao ligar internamente nas fazendas um conjunto intrincado de atividades agrícolas e manufatureiras, teria reproduzido, em nível local, as articulações mais gerais do D1 (em bases artesanais) com o D2 de toda a economia colonial.

A importância dessa realidade é o fato de que junto a esse processo, passa a se constituir um mercado interno sem a necessidade de uma criação *prévia*,¹⁰ ou seja, o próprio desenvolvimento capitalista se incumbiria de criar o mercado interno, a medida em que, o consumo pessoal teria uma importância muito menor do que a demanda por bens intermediários, os quais seriam demandados pelo próprio desenvolvimento capitalista.¹¹

Graziano da Silva (1996) afirma que as primeiras agroindústrias que apareceram no cenário brasileiro são as de óleos e vegetais, açúcar e álcool, surgindo no período de 1880 e 1930, coincidindo com o auge do complexo cafeeiro. O período que se inicia em 1930 e estende-se até 1960, constitui-se na fase de integração dos mercados nacionais de alimentos, de trabalho e de matérias-primas, e da constituição do D1 industrial em meados dos anos 50, contudo, a constituição dos Complexos agroindustriais no Brasil, somente teria ocorrido a partir de 1970, num quadro econômico que articulava três segmentos: o D1 para a agricultura, a nova agroindústria oligopólica e a própria agricultura nos seus segmentos modernos.

A contribuição fundamental acerca da conformação atual dos CAIs aparece no capítulo 3 de a “Nova dinâmica da Agricultura Brasileira”, em que Graziano da Silva (1996) aponta para a necessidade de considerar o CAI aberto e não “fechado em torno de

⁹ Kageyama, . ; Graziano da Silva, J. A Dinâmica da Agricultura Brasileira: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais, Campinas: UNICAMP. IE, 1987. 54 p. e Graziano da Silva, J. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira, Campinas. IE, 1996. 217 0. cap. 1.

¹⁰ O autor inspira-se em Lênin com sua principal obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.

um produto”. Além de destacar as atividades de serviços no interior dos distintos complexos, busca tratar, endogenamente, os atores sociais que aí operam, fundamentalmente o Estado com sua política pública.¹²

É importante reter que a análise dos Complexos agroindustriais, na atualidade, não podem prescindir de considerar as novas tendências que vêm se impondo, ou seja, do crescimento dos serviços informatizados que envolvem a produção e circulação das mercadorias e que implicam mudanças também nas relações que se estabelecem entre produtores e empresas agroindustriais.

Assim, não se trata de um todo harmônico de capitais que possuem objetivos iguais dentro do processo de agroindustrialização. Na verdade, trata-se de atividades complementares, porém com relações que conflitam entre si, até porque mesmo que alguns objetivos - tais como a manutenção de determinado setor - sejam comuns em vários momentos, verificam-se dissensos como no caso da fixação de preços¹³. Isso ainda fica evidente mesmo no caso de uma integração vertical em que se verifica uma subordinação direta do trabalho no capital. Porém, mesmo quando há uma autonomia relativa como ocorre no Complexo do Fumo isto também se verifica apenas tomando uma forma diferenciada e talvez uma amplitude maior por existirem graus de liberdade um pouco maiores de escolha. Portanto, parece que a crítica à idéia de homogeneidade dos Complexos para os teóricos da UNICAMP representou um avanço sobre uma

¹¹ Lênin já havia apontado para esta questão importante na obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.

¹² A abordagem neocorporativista, também contida na análise mais recente da formação e consolidação dos CAIs, formulada por Graziano, contribui na discussão sobre complexo, ao tratá-lo como resultado histórico de uma concertação de interesses de um lado, do Estado; e de outro das organizações, ambos representados pelos seus respectivos interlocutores, cujas reivindicações nem sempre coincidem com o interesse do conjunto dos membros que representam.

simplificação indevida, que, em última análise, poderia levar a caracterizar, inclusive como semelhantes, os interesses dos diferentes complexos.

O que se quer mostrar, nesta parte do trabalho, é que há uma trajetória que também é específica a cada complexo quando se considera o aspecto histórico. Nesse sentido, a análise do complexo agroindustrial do Fumo, isto é, da forma como ele se estruturou no país exige que se ultrapasse de uma a análise dos traços mais gerais desse processo para a maior parte dos produtos agrícolas agroindustriais de origem nacional.

Com isso, quando se trata do Complexo do fumo percebe-se que esse é antigo e que é fortemente atrelado ao capital transnacional. A análise deve, portanto, considerar essa realidade e, ao levar em conta essa especificidade perceber uma constituição de complexo que, ao já estar em marcha no mundo “respingou” no Brasil, desde 1918 um elo importante da cadeia que são os agricultores familiares de Santa Cruz da região do Vale do Rio Pardo, completando, assim, o circuito do Complexo.

Pode-se afirmar, portanto que o desenvolvimento dos Complexos agroindustriais no Brasil ocorreram tardiamente na maior parte dos produtos, o que não aconteceu no caso do fumo uma vez que os grandes oligopólios e oligopsônios encontraram no país um grupo social passível de articulação, apto para envolver-se nos mecanismos de estruturação na forma de complexo agroindustrial e tornando-se de forma crescente, importante para a acumulação tipicamente capitalista transnacional. É importante, porém, mostrar que esta “vantagem” isolada não explica o porquê da entrada dessas empresas, tendo que se considerar, fundamentalmente, de aspectos da economia e política internacionais que,

¹³ Ver RAMOS, P & PRIEB, R. (2002). **A problemática do preço e da comercialização do fumo em folha da região Sul do Brasil**. XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Passo Fundo-RS, Anais em CD-ROM.

dizem respeito a um deslocamento/destruição de grande parte da produção do Zimbábue para um incremento substancial da produção no Brasil¹⁴.

A propriedade da terra para os agricultores nacionais de fumo não foi suficiente para que eles se tornassem sujeitos no processo acumulativo em geral. Na essência, subordinando não apenas ela, mas fundamentalmente o trabalho agrícola.

Não há dúvidas de que foi somente a partir de 1970 que ocorreram as mudanças mais significativas - considerando os setores industriais e sua produção para a agricultura - do período pós-modernização o que permite afirmar de que se trata de um fenômeno recente no contexto nacional. No caso da indústria fumageira, houve uma expansão da competição entre as grandes empresas, redundando em uma centralização no setor. Portanto, neste caso as mudanças mais relevantes pós 1970 ocorrem muito mais no sentido do acirramento da concorrência e da conseqüente mudança na estruturação de um mercado quase oligopólico/oligopsônico para um mercado quase monopólico/monopsônico.

Verificou-se, portanto um aprofundamento de algo que já havia sido criado há muito tempo, mas que só a partir dessas mudanças mais gerais influenciou decisivamente não apenas nas relações técnicas, mas principalmente nas relações sociais de produção, isso porque os agricultores fumageiros não tiveram outra saída senão incorporar as novas técnicas de produção sob pena de terem que deixar de produzir a cultura remunerada principal (e não raras vezes, a única) e lançarem-se a um mundo obscuro e sem alternativas reais já que o “saber camponês” da maior parte das famílias na região considerada é, e sempre foi, tradicionalmente à atividade fumageira.

¹⁴ Ver PRIEB, R. (2003). **A Dinâmica recente da região fumericulora gaúcha: a emergência dos serviços.** XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER. Juiz de Fora- MG. Anais em CD-ROM. e VARGAS, Marco A.; SANTOS FILHO, N.; ALIEVI, R. M. **Análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais no RS: complexo agroindustrial fumageiro.** UNISC-CEPE-IE/UFRJ, Mangaratiba-RJ, dezembro de 1998.

Ao aceitarmos a idéia de que não existe na economia brasileira a possibilidade de compreender a multiplicidade de elementos constitutivos de análise dos complexos agroindustriais a partir da idéia de homogeneização ou de um macro-complexo, mas da realidade de existência dos vários complexos e de suas distintas dinâmicas. Também, não podemos aceitar a idéia de que necessariamente todos os complexos aqui se estabeleceram em uma mesmo período histórico.

É lógico que a formação dos Complexos agroindustriais com as especificidades que lhe são devidas tais como internalização do D1 e (não apenas mudança na base técnica que independesse da origem da indústria a montante e a jusante) ocorreu num momento histórico em que a modernização e industrialização da agricultura já estiveram presentes na economia brasileira.

O que já foi amplamente discutido é, portanto, que do ponto de vista histórico a agricultura familiar já existia muito antes do advento da modernização brasileira e, no caso específico tratado neste trabalho, tem-se claro que não se trata apenas de uma preexistência da produção familiar, mas de sua forma articulada, em relação à indústria a jusante e a montante que, no caso da produção fumicultora, concentra-se na mesma empresa.

2.2. Os grupos de interesse no complexo agroindustrial do Fumo

O que interessa nesta parte do trabalho é abordar um pouco os aspectos políticos de representação dos interesses do setor fumicultor na busca de conseguir benesses junto ao Estado e a manutenção destas empresas no território nacional, lembrando portanto que se trata de um segmento “agricultor familiar” articulado a um Complexo organizado, na sua

forma capitalista mais avançada, cujos donos localizam-se nos países desenvolvidos e que suas processadoras encontram-se sediadas no país, utilizando da força de trabalho formal nas empresas processadoras e articulando trabalhadores familiares para produzir sua matéria prima principal: o fumo em folha.

Os interesses das indústrias são representados pela Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), com sede no Rio de Janeiro e pelo Sindicato das Indústrias do Fumo (Sindifumo), com sede em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Além dessas, existem outras entidades ligadas ao setor. O Sindicato da Indústria do Fumo do Estado da Bahia, o Sindicato da Indústria do Fumo no Estado do Rio Grande do Sul, o Sindicato da Indústria do Fumo do Rio de Janeiro, o Sindicato das Indústrias de Cerveja e de Bebidas em Geral e do Fumo de Blumenau e a Associação Profissional da Indústria do Fumo do estado de Alagoas.

Os principais órgãos de representação das empresas são o Sindifumo e a Abifumo (Associação Brasileira de Indústrias do Fumo), sendo que a primeira entidade negocia com os órgãos governamentais, orientando os contratos de integração, captação de recursos e na uniformização dos critérios para a comercialização de cada safra, e a segunda se ocupa com as questões mais gerais do setor sendo ambos responsáveis pela orquestração dos interesses do sistema agroindustrial do fumo no Brasil.

Percebe-se que essas instituições possuem um discurso que defendem as empresas fumageiras, sendo que na imprensa tentam incutir a necessidade da continuidade do setor, justificando a importância que se traduz não apenas na renda dos agricultores mas na geração de empregos e, principalmente, na manutenção do homem no campo uma vez que de forma crescente a parte agrícola da produção ocupa braços de pessoas desprovidas de terra. Os Seminários Nacionais do Fumo são, por sua vez, verdadeiros palcos que unem os

interesses e cujas discussões resultam na busca de apoio político nas diferentes esferas do governo, Prefeituras, Estado e União, ou seja, a idéia defendida pela Abifumo e Sindifumo é a de criação de um fundo especial para os agricultores fumageiros na forma de garantia de um valor mínimo sem que isso se traduza na criação de novos impostos para as empresas.¹⁵

Durante várias décadas, esteve na presidência da Abifumo, o ex-ministro da Agricultura durante o governo Figueiredo e, até a atualidade é um dos grandes defensores da manutenção do Setor Fumageiro contra-atacando na imprensa e Boletins da Abifumo, de forma veemente e acusando os mentores das campanhas antitabagistas como “ecologistas esquerdistas”. O atual presidente da Abifumo, Afrânio Nabucon, afirma que vai continuar pressionando no senado a publicidade do cigarro com o argumento de que a Constituição apenas a restringe, porém não a proíbe. Além disso, o fato de se tratar de produto legal teria o direito de ser anunciado.¹⁶

Não há comprovação dos fatos, porém encontra-se disponível na rede uma matéria intitulada “segredos de lobby envolvem PFL”. Tal matéria mostra que se encontra um processo na Justiça do Trabalho que revelaria “como a poderosa Associação Brasileira da Indústria do Fumo contou com a solidariedade do PFL contra os projetos antitabagistas do então ministro José Serra. O advogado Márcio Castro de Farias, que foi lobista da Abifumo em Brasília, reclama o pagamento de R\$ 100 mil por três meses de trabalho.”¹⁷

Outra publicação, na imprensa mostra que apesar do texto antitabaco ter passado em comissões, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) teria adiado e esgotado todos os prazos regimentais para submeter o projeto à apreciação dos senadores. Apesar dos motivos não estarem evidentes, estes poderiam decorrer de desavenças com o ministro José Serra,

¹⁵ I Seminário Nacional do Fumo, realizado no município de encruzilhada do Sul, em julho de 1999.

¹⁶ Jornal Zero Hora, 14 de agosto de 2000, p.12.

mentor do projeto¹⁸ mas, as pressões das empresas fumageiras certamente, também, podem ter contribuído para a flexibilização dos prazos.

Vale reter, portanto, que harmonia e conflito permeiam todo o processo de agroindustrialização, mas isso não é uma novidade, porque a contradição é peculiar a todo o processo de desenvolvimento capitalista. A realidade apenas parece travestir-se de uma harmonia na sua forma aparente, mormente quando se avaliam as possibilidades acumulativas permitidas por tal forma de organização da produção.

Nesse sentido, vale lembrar a análise de Graziano ao afirmar que na hora de pedir mais crédito, isenções de impostos e tarifas é que se harmonizam os interesses dos grandes e pequenos – estes geralmente manipulados por aqueles -, de modo que a reivindicação possa ser apresentada como uma questão de justiça social. Mas, por exemplo, na hora de definir as margens de comercialização, a oposição entre pequenos e grandes reflete o nível de integração de seus respectivos capitais. Graziano da Silva (1995).

A harmonização de interesses entre agricultores familiares e empresas agroindustriais fumageiras é percebida, quando ambos lutam para que a produção fumageira não se extinga, pois isso representaria uma perda para ambas as partes que têm interesse na articulação e nas possibilidades futuras de sua manutenção.

No caso dos agricultores familiares produtores de fumo, o que interessa a eles é o recebimento de um preço razoável pelo fumo em folha que vendem às fumageiras, não interessando o preço do produto final: o cigarro. Para as empresas fumageiras, o preço do produto final é importante.

¹⁷Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br/antiores/021105/colunas/chumberto.html>

¹⁸ Gazeta Mercantil de 9 de novembro de 2.000. p. A-10

O conflito entre os agricultores e as empresas se consubstancia quando da análise da essência do processo, isto é, nas relações sociais de trabalho e nas formas de extração do excedente. A redução desse embate somente é possível caso ocorra uma diminuição das desigualdades na distribuição do excedente produzido. Enfim, uma maior equidade dependerá da capacidade de organização e barganha dos produtores familiares frente ao poder das transnacionais, que se estruturam oligopsonicamente no mercado do fumo.

É lógico que não se defende aqui que o critério econômico deva ser o guia absoluto das ações das explorações familiares, mas é lógico que as famílias precisam articular o econômico ao social. Em outras palavras, a remoção única dos entraves econômicos não é suficiente, para que os agricultores familiares possam contar com uma plena cidadania.

Há que se buscar, outrossim, alternativas de inserção e fortalecimento dos agricultores familiares com o conjunto da sociedade, e não somente na relação produtor/empresas fumageiras, mesmo que esta, ao longo do tempo tenha - a partir de sua trajetória tecnológica - permitido a obtenção de saldos positivos no sentido de aumento de tempo livre para outras ocupações. Contudo, nada garante que o grau de auto-exploração não tenha aumentado sendo, porém, difícil imaginar outra atividade em que a saúde dos agricultores seja tão afetada quanto na cultura do fumo.

Enfim, o que se quer mostrar é que também na produção agroindustrial fumageira se verifica a existência de uma correlação de forças - que não são de forma alguma igualitárias, dado que a obtenção da maior parte das “vantagens” obtidas a partir do processo de integração agroindustrial é o das empresas fumageiras – que advém, em determinada medida, a “necessidade” de grande parte dos produtores de fumo em

orientarem-se para outras ¹⁹atividades, apesar destes continuarem, em sua grande maioria, produzindo o fumo em folha.

A forma de manifestação desses confrontos é bem visível em períodos de venda do produto às empresas devido a insatisfações com relação aos preços. Porém, os processos conflituosos também ocorrem com relação as empresas e o Estado. Aparece, nesse cenário, um processo de dupla mão que envolve o Estado e as empresas fumageiras. Belik (1998, p.11-15) mostra que, ao final dos anos de 1980, verifica-se no Brasil, uma perda do poder regulatório e da capacidade de planejamento da agropecuária Brasileira pelo Estado. Nesse contexto, o poder financeiro do Estado enfraquece e o poder político das organizações aumenta. Há os interesses que pressionam o Estado e aqueles que estão presentes no corpo do Estado. Para o autor, a organização das políticas, no capitalismo, pressupõe uma forma de concertação desses interesses em que a abordagem neocorporativista explica melhor esse processo.

Certamente, a utilização da teoria neocorporativista²⁰ não é totalmente adequada e não pode ser diretamente adaptada para o caso em questão que relaciona interesses que envolvem outros grupos como as transnacionais fumageiras, em que essas, além de estabelecer relações com o Estado nacional também se relacionam com os países de origem. Contudo, pode-se afirmar que nas relações entre as empresas fumageiras e o Estado brasileiro percebe-se uma mudança na forma de regulação e um fortalecimento desse grupo de interesse setorial.

¹⁹ Também, visualizou-se a presença de novas atividades na região, tais como: Sítios de recreio, Turismo rural ecológico, Transformação de depósitos de lixo em áreas de lazer, contudo, é preciso investigar, em que medida, os produtores integrados estão envolvidos nas atividades em questão, ou melhor, descobrir quais são efetivamente às atividades que atualmente desenvolvem.

²⁰ Segundo Soto (1992), existem diversas interpretações para o uso do conceito do corporativismo, há abordagens amplas e restritas: o primeiro se referindo a um novo sistema de economia política distinto do

Nesse caso, sabe-se que as empresas utilizam os pequenos produtores como massa de manobra para conseguir benesses junto ao Estado, em que efetivamente desejam um aumento da renda dos agricultores familiares desde que esta venha do Estado que, conforme visto anteriormente, a renda mínima para as famílias funcionaria como um subsídio aos agricultores familiares do fumo²¹. Uma das principais justificativas para um maior apoio estatal ao setor pelas empresas é mostrar que essa atividade é importante, pois assegura o homem no campo e, por enfatizar a grande quantidade de pessoas destituídas de terra que plantam fumo.

Enfim, o que se percebe é que há, por um lado, interesses “privados” que se restringem a duas questões centrais que se interligam: as lutas pela manutenção do setor fumageiro e com apoio estatal que vai ao encontro dos anseios das empresas, isto é, que vise a queda de impostos. Nessas lutas, outros atores ou organizações interprofissionais ligadas ao Sistema Agroindustrial aparecem e se confrontam, conflitivamente, noutros momentos orquestram interesses. Esses atores se organizam em associações ou sindicatos de classe. Representando as empresas tem-se o Sindifumo (Sindicato das Indústrias do Fumo) e a Abifumo (Associação Brasileira das Indústrias de Fumo). A AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) “representam”²² os interesses dos produtores de fumo e, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A pressão ambientalista e de grupos de interesses dos consumidores ou ONGs (mais presentes nos países desenvolvidos) se interpõem e representam, de certa forma, uma

capitalismo ou do socialismo e, o segundo, relativo as especificidades entre o relacionamento do Estado e sociedade.

²¹ É lógico que a idéia e criação de um subsídio é politicamente difícil ainda mais, quando se sabe que existe uma Organização Mundial do Comércio que proíbe o subsídio.

²² Na verdade, a única representação real dos produtores era o SINTRAFUMO, Sindicato dos trabalhadores do Fumo que foi fundado em 1989 tendo como Presidente Albino Oto Geweh, porém não passou de uma

força que desaglutina as organizações agrícolas e agroindustriais e influenciam decisões pressionando a sociedade e os governos afetando, enfim, suas relações com os órgãos públicos de decisão. A análise desse movimento é ainda mais pertinente quando se analisa às perspectivas do setor. Assim sendo, essa questão será retomada posteriormente...

2.3 A Instalação da câmara setorial do fumo

Em dezembro de 2003, foi instalada a Câmara Setorial do Fumo que reúne representantes de 32 órgãos públicos e entidades da cadeia produtiva se constituindo em um fórum de debate e objetivando a elaboração de um mapeamento dos problemas existentes no setor, e auxiliar o governo federal na elaboração de políticas públicas específicas. É importante lembrar que são exatamente estas formações particulares de cada setor – sabe-se que esta é a 15ª Câmara setorial existente no país – que contribuíram sobremaneira para os setores organizados sob esta forma, mas que, por outro lado redundaram em uma maior heterogeneidade dos diferentes complexos e da agricultura em geral.

No discurso do Presidente da Câmara no diálogo de Concertação - o presidente da Afubra, Hainsi Gralow, a principal prioridade será a busca por uma melhor distribuição da renda gerada pela fumicultura no Brasil será uma das prioridades do primeiro presidente da Câmara Setorial do Fumo. Além disso, afirmou que “Precisamos trabalhar para o aprimoramento da fumicultura, pelo equilíbrio entre oferta e procura, pela implantação do sistema orgânico de produção e, ainda, pelo combate à sonegação e contrabando de cigarros”.²³

tentativa frustrada, pois apenas se manteve por 7 anos e, neste período teve como sócios um percentual que abrange não mais de 10% do total de produtores do município de Santa Cruz do Sul..

²³ “A indicação do presidente da Afubra para coordenar a câmara setorial, ao lado do delegado estadual do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Francisco Signor, indicado para ser o secretário

A idéia é criar grupos temáticos da câmara que debaterão assuntos polêmicos tais como o comércio ilegal de cigarros e a relação do Brasil com a Organização Mundial de Saúde (OMS)²⁴. É bom lembrar que o comércio ilegal ou o contrabando de cigarros nem sempre representou um problema grave para as empresas. Segundo o Secretário da Administração do Município “...antes, as empresas se beneficiavam do contrabando pois era possível usar o fumo de baixa qualidade para a confecção dos cigarros contrabandeados; hoje a atividade cresceu a tal ponto que as empresas lutam contra ela devido a competição por preço. As empresas perderam o controle, hoje tem mais de 30 empresas no Paraguai, tem muito brasileiro lá”.²⁵

De forma genérica, o aspecto essencial a se considerar é que essa prática recente de mudanças na forma de condução de políticas para os diferentes setores, efetivamente, conduz não apenas a possibilidade, mas a realidade de que estas políticas atendam a especificidade de cada caso. Mostra, assim, uma ruptura no que concerne a forma genérica com que se costumava traçar políticas para a agricultura. É uma forma de condução de benefícios distintos considerando que os segmentos também são diferenciados.

Para o caso do complexo fumageiro, verifica-se que este já atingiu um grau de maturidade envolvendo, conforme visto anteriormente, diferentes interesses nos segmentos de classe. Assim, não há dúvida da importância que este setor representa para a economia nacional e gaúcha, da mesma forma em que a implantação dessa câmara representa,

executivo, surpreendeu os participantes do diálogo de concertação. De acordo com o assessor da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do ministério, Luiz Carlos Folador, foi o próprio titular do Mapa, ministro Roberto Rodrigues, quem nomeou Gralow para ser o primeiro presidente da câmara”. <http://gazedosul.com.br> edição 14-15 de dezembro de 2003.

²⁴ Gazeta do Sul 13 e 14 de dezembro de 2003.

²⁵ Entrevista realizada em julho de 2003, na prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, quando o Secretário da Administração afirma que “...há muito brasileiro lá” é para mostrar que no final da década de 60 quando se verificou a forte ampliação da entrada de empresas transnacionais, vários capitais menores foram expulsos do Vale do Rio Pardo a partir dos processos concorrenciais.

também o reconhecimento de que esta atividade não se defronta com obstáculos tão evidentes e que ainda continuará presente na economia nacional possibilitando inclusive o crescimento da produção.

3. PERSPECTIVAS DA FUMICULTURA E DA RELAÇÃO ATUAL DE ARTICULAÇÃO

É oportuno, neste momento, tecer algumas considerações acerca das possibilidades futuras de manutenção desse setor, cuja dúvida se evidencia considerando a particularidade de um produto que tem sido alvo de muitos ataques por grupos que pressionam no sentido propulsionar uma redução do consumo e que neste sentido já conseguiram que se efetivasse uma proibição da publicidade do cigarro na mídia impressa, eletrônica, exterior e na internet. Do que se pode observar é que as empresas procuram mostrar uma certa tranquilidade, apostando nas soluções adequadas das agências de propaganda de cigarro, as quais buscam alternativas para atuar nas limitadas brechas que sobram, traçando, assim, estratégias criativas e buscando descobrir novas formas de fazer propaganda²⁶.

Por parte do Estado, percebe-se ações no sentido de obrigar as empresas a terem um padrão definido de cigarros – utilizando os limites utilizados na União Européia - dado que os teores de nicotina e alcatrão, além de diferirem mesmo quando se tratam de mesmas marcas, são ainda muito elevados.²⁷

²⁶ “Para as duas multinacionais que dominam o mercado de cigarros no País, Souza Cruz e Philip Morris, a saída será adequar a estratégia de distribuição ao posicionamento das marcas, intensificar ações de merchandising no ponto-de-venda e pressionar o governo no combate ao contrabando”. (Gazeta Mercantil 16 e 17 de dezembro de 2000)

²⁷ “O documento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deve usar os limites adotados pela União Européia: cada cigarro pode ter até 0,8 miligramas de nicotina, 10 mg de alcatrão e 10 mg de monóxido de carbono. A redução deve ser gradual...Hoje não há limites para estas toxinas em cigarros. Em média, os índices são de 14 mg de alcatrão e monóxido e 1,2 mg de nicotina ...os produtos de contrabando chegam a ter 20 mg de alcatrão”. (Folha de São Paulo, 10 de janeiro de 2001)

Segundo a OIT, no decurso dos últimos 5 anos, o emprego no setor fumageiro teria diminuído em função da introdução de novas técnicas e da aplicação de políticas internacionais e nacionais anti-fumo. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, o consumo, a produção de fumo e o emprego no setor teriam aumentado²⁸. Não obstante, a aplicação das políticas anti-fumo, que ainda estão por serem definidas, têm importante impacto em nível de emprego.²⁹

Assim, para o caso da produção fumageira nacional, há indícios de que as perspectivas, no curto e no médio prazo tendem à continuidade de um processo que vem ocorrendo há um século no país³⁰. O tabaco nacional, cuja exportação está também atrelada à sua qualidade, coloca o Brasil em posição favorável diante da situação vivida hoje pelas demais nações produtoras³¹.

A relativa confiança na manutenção do setor é facilmente perceptível quando se observa a grande quantidade de empreendimentos de beneficiamento e conservação de fumo construídos nos diferentes espaços geográficos do Rio Grande do Sul, no período recente.

No início do ano de 2001, foi concluída uma nova construção de um armazém para guardar fumo especial tipo exportação, em que é utilizado um sistema de desumidificadores no intuito de garantir a qualidade do produto. Isso representou um investimento de R\$ 4,1

²⁸ Em visita a Santa Cruz do Sul, em julho de 2003, representantes da Afubra afirmaram que o aumento no percentual do consumo é maior na população jovem.

²⁹ Disponível em www-ilo-mirror.cornell.edu/public/spanish/dialogue/sector/sectors/food.htm

³⁰ O presidente do Sindifumo, Cláudio Henn, aproveitou a reunião de ontem à tarde com os representantes dos fumicultores para anunciar as projeções feitas pela AFUBRA para a safra 2003/2004 é de que serão colhidos nos três estados do Sul 700 mil toneladas de fumo virgínia, 150 de burley e mais seis mil toneladas de fumo de galpão, totalizando 856 mil toneladas, 26 mil toneladas a mais que a última projeção, divulgada há dois meses, e 56 mil toneladas acima do prognóstico feito no início da safra, que era de 800 mil toneladas.

³¹ As informações foram trazidas da Croácia pelo presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainsi Gralow e o tesoureiro da entidade, Benício Albano Werner, que participaram da assembléia anual da Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA), realizada na cidade de Rovinj, entre os dias 2 e 6 de janeiro de 2004.

milhões na área do porto de Rio Grande, sendo esse investimento feito em conjunto: a Souza Cruz e a transcontinental Logística. A importância desse investimento decorre da possibilidade real de um aumento substancial das exportações que permitem uma duplicação da capacidade de exportações.³²

Outra inversão de grande porte foi realizada pela empresa Souza Cruz que investiu entre R\$ 100 e R\$ 110 milhões, no ano de 2001, na construção uma unidade de produção no município de Cachoeirinha, na região da grande Porto Alegre. Na verdade, tal fábrica estava prevista para ser implantada um ano antes, sendo que o atraso ocorreu em função das incertezas com relação à desvalorização cambial, o que motivou o adiamento do prazo de sua implantação.

A Universal Leaf Tabacos também aumentará a produção de fumo na Região Sul a partir da ampliação da unidade de beneficiamento, cujo investimento é de US\$ 40 milhões. Somente esse empreendimento é capaz de aumentar em oito mil o número atual de famílias articuladas na safra 2004/2005.

Na verdade, esses investimentos são importantes, porém, insuficientes para afirmar que essas ações pontuais definam uma tendência de longo prazo na continuidade da produção na mesma magnitude que vem ocorrendo. Nesse sentido, o presidente da Afubra considera um avanço, na quinta reunião intragovernamental na Comissão de Controle do Uso do Tabaco, promovida pela organização Mundial da Saúde (OMS), a substituição do termo “erradicação” do tabaco e a adoção, em seu lugar, do termo “controle” do uso do tabaco³³.

³² Gazeta mercantil 1° de maio de 2001.

³³ Anuário Brasileiro do Fumo 2002 p.58.

4. CONCLUSÕES

O presente artigo procurou mostrar que no caso do complexo fumageiro, verifica-se uma pré-existência da produção familiar na sua forma articulada, bem antes do advento da modernização da agricultura brasileira. Contudo, a semelhança do que ocorreu com a maior parte dos segmentos produtivos, a fumicultura nas décadas de 1960 e 1970, também passou por grandes modificações na forma de produzir e na utilização de tecnologia. Isso permitiu que a produção brasileira pudesse atender a ampliação da demanda em nível internacional.

A abordagem neocorporativista mostrou-se importante na análise desse complexo, nos interesses em jogo na utilização dos agricultores como massa de manobra na busca de benesses junto ao Estado. Porém, é importante desenvolver ainda mais a questão da relação desse *aproach* quando se trata de um complexo que também mantém articulações com um Estado transnacional, a exemplo do caso estudado.

Cabe ainda uma referência acerca das perspectivas de consolidação da forma histórica de articulação. Nesse sentido o futuro depende primordialmente da viabilidade econômica dessa forma. Enquanto as inovações tecnológicas não tenham até agora reduzido o custo de produção do fumo em folha, as ações das empresas agroindustriais continuarão privilegiando a atual forma. Por outro lado, é difícil pressupor uma mudança nas ações dos agricultores familiares, os quais certamente optarão pela continuação na tradicional forma de inserção, porém cada vez mais organizada politicamente e em luta.

Por sua vez, as mudanças na condução das estratégias dos agricultores familiares, no que respeita a distribuição das atividades entre a fumicultura e as outras atividades agrícolas e não agrícolas dependem em grande medida de demandas favoráveis para

diferentes atividades e bens. Enfim, considerando que o futuro da produção fumageira depende do confronto dos diferentes interesses favoráveis e desfavoráveis na manutenção do setor, parece importante que se trabalhe, no médio prazo com a idéia de manutenção do setor e da atual forma de articulação, e num futuro mais longínquo de incerteza.

As políticas públicas precisam considerar um conhecimento profundo das práticas dos agricultores familiares, abarcando uma pluralidade nas ações com monitoramento e organização de projetos concretos, que envolvam de forma participativa as comunidades rurais que anseiam pela viabilização de alternativas que venham inclusive a substituir a produção do fumo, caso conseguissem renda semelhante ou superior à que o fumo oferece, noutras atividades. No entanto, há que se considerar as possibilidades reais de mercado para a busca de soluções sustentáveis, para o elo mais fraco da cadeia pois as empresas fumageiras, certamente terão maior facilidade em encontrar setores lucrativos para suas inversões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELIK, W. Estado, Grupos de Interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira. Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 136 N°1.1998.

DELGADO, G C. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo; Campinas: Ed. Ícone/Ed. da UNICAMP, 1985.

DEL GROSSI M. & GRAZIANO DA SILVA J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. Estudos Sociedade e Agricultura n° 11. Ed. da UFRJ. 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 10 de janeiro de 2001.

GAZETA MERCANTIL DE SÃO PAULO, São Paulo. 16-17 de dezembro de 2000.

GAZETA DO SUL. **Guia Sócio-Econômico do vale do Rio Pardo**, Santa Cruz do Sul, 26 e 27 de junho de 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas. Instituto de Economia – UNICAMP. 1996, 217p.

GUIMARÃES, A . P. **A Crise agrária:** Paz e Terra, 1979.

GOODMAN, D. SORJ, B. & WILKINSON, J. **Da Lavoura as Biotecnologias.** Editora Campus. 1990.

GAZETA DO SUL. **Guia Sócio-Econômico do vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul,** 26 e 27 de junho de 1999.

GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 15 de março de 2002 p. A-4.

LÊNIN V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** São Paulo:Brasiliense, 1981.

MÜLLER. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo, HUCITEC, 1989.

POSSAS, M. L. **Estruturas de mercado em oligopólio**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1985.

PRIEB, R. (2003). **A Dinâmica recente da região fumicultora gaúcha: a emergência dos serviços**. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER. Juiz de Fora- MG. Anais em CD-ROM.

PRIEB, Rita I. P., 1995. **Fábrica de Ilusões: O Caso dos Pequenos Produtores de Fumo de Santa Cruz do Sul/RS**. Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, Dissertação de Mestrado.

RAMOS, P., 1999. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec.

RAMOS, P., 2001. **“Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)”**. In Estudos Avançados 43. São Paulo. USP/Instituto de Estudos Avançados.

RAMOS, P & PRIEB, R. (2002). **A problemática do preço e da comercialização do fumo em folha da região Sul do Brasil**. XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Passo Fundo-RS, Anais em CD-ROM

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 1986.

VARGAS, M. A.; FILHO, N. dos S.; ALIEVI, R. M., 1988. **Análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais no RS: Complexo Agroindustrial Fumageiro**. UNISC-EPEIE/UFRJ, Mangaratiba-RJ, dezembro.

Estudos de Casos em campo para avaliação dos impactos do PRONAF. Convênio PCT/IICA e Fundação de Economia de Campinas - FECAMP. Campinas -SP, Outubro de <http://www.pr.gov.br/seab/fumo>.